



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEDUC II - 2017



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA – TIPO 18
CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR
FONOAUDIÓLOGO E PSICOMOTRISTA
DATA: 04/02/2018 – HORÁRIO: 8h30min. às 12h30min. (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno, contendo 40 questões objetivas e mais a proposta da Prova de Redação. As questões objetivas não têm repetição ou falhas.
 - b) Um encarte para rascunho e elaboração da **REDAÇÃO – Folha de Prova II**.
 - c) Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas objetivas da prova.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do **CARTÃO-RESPOSTA**.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste **CADERNO DE QUESTÕES**, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a **LISTA DE FREQUÊNCIA**, entregue ao Fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA**, que deverão conter sua assinatura.
12. O tempo de duração para esta prova é de **4 (quatro) horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de **3h (três horas)** do início de sua prova.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

PROCESSO SELETIVO SEDUC/PI – 2017.2
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

RASCUNHO

01		21	
02		22	
03		23	
04		24	
05		25	
06		26	
07		27	
08		28	
09		29	
10		30	
11		31	
12		32	
13		33	
14		34	
15		35	
16		36	
17		37	
18		38	
19		39	
20		40	



Nº DE INSCRIÇÃO						



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões que seguem.

DIPLOMACIA FAMILIAR

Precisamos acalmar os ânimos com os parentes

A vida em família é, na maioria das vezes, a nossa sustentação. A família aconchega, acolhe, defende, oferece segurança, é nossa fortaleza. Há momentos harmoniosos de convivência que melhoram a nossa qualidade de vida! (...) É o único grupo ao qual pertencemos a vida toda. É uma panelinha amorosa!

Mas, como tudo, a vida em família tem o seu outro lado: não é – e nunca foi – fácil viver em família. Dentro das quatro paredes, os conflitos, as cobranças, as pressões e as expectativas frustradas, (...) vêm à tona.

Normal! Afinal, como são os afetos que regem a vida do grupo familiar, não tinha como ser diferente, porque eles sempre andam aos pares, com seus opostos. É por isso que, onde há amor, há ódio, também. Só não há indiferença, porque, aí, não há afeto.

Entreveros familiares sempre existiram e existirão, mas, na atualidade, os laços familiares andam frágeis, porque qualquer motivo à toa já basta para que surjam picuinhas, hostilidades, distanciamento, raiva, mágoa etc. Será que estamos a assumir que, de fato, “parente é serpente”?

Uma bronca de um tio no sobrinho é motivo para que os irmãos se desentendam; passar um dia com os netos já pode suscitar fofocas maldosas a respeito dos avós; um presente dado a uma sobrinha provoca ciúme de outra irmã, e assim por diante.

Por que esses pequenos acontecimentos do cotidiano, antes relevados, agora despertam emoções tão intensas nos integrantes do grupo familiar? Temos algumas pistas.

O modo individualista de viver e a busca da felicidade pessoal e permanente, valores sociais que adotamos faz tempo, têm grande parcela de responsabilidade nessa questão. “Eu preciso pensar em mim”, “devo pôr para fora tudo o que me atormenta”, “por que as pessoas agem de modo tão diferente do que deveriam?” são alguns exemplos de pensamentos que existem em nós, muitas vezes à nossa revelia, e que mostram o quanto os valores citados interferem em nossa vida pessoal. (...).

Precisamos acalmar os ânimos com os parentes, relevar as pequenas adversidades que eles nos provocam, sem querer ou intencionalmente, respeitar as diferenças existentes, perdoar os seus defeitos e lembrar, sempre, dos benefícios que pertencer a uma família nos traz e que hoje estão em risco. Senão, logo teremos mais um curso de graduação disponível no já concorrido mercado universitário: “diplomacia familiar”. Somos capazes de dar conta disso, não somos?

(Revista Veja, Editora Abril, edição 2.542, ano 50, nº 32, 9 de agosto de 2017, p. 89. Por Rosely Sayão).

01. De acordo com o texto, para uma convivência familiar harmoniosa são necessários (as):

- a) Respeito às diferenças, individualismo e afetividade.
- b) Provocações aos mais velhos, afetividade e respeito.
- c) Ânimos acalmados, respeito e afetividade.
- d) Busca da felicidade, hostilidade e afetividade.
- e) Cultivo de mágoas, distanciamento e diplomacia.

02. Para a articulista,

- a) Em tempos passados os laços familiares eram mais sólidos e solidários.
- b) O desrespeito entre familiares, nos tempos atuais, é a causa de intolerâncias.
- c) Um curso sobre “diplomacia familiar” resolveria problemas de desavenças e entreveros nas famílias.
- d) A causa dos entreveros é localizada e decorre da educação que os pais dispensam aos filhos.
- e) A harmonia reinaria, se os avós não preterissem alguns dos seus netos.

03. A linguagem é usada em seu sentido literal, **NÃO** figurado, no trecho destacado, em:

- a) É uma **panelinha amorosa!**
- b) Dentro das quatro paredes, os conflitos, as cobranças, as pressões e as expectativas frustradas, (...) **vêm à tona.**
- c) ...como são os **afetos que regem** a vida do grupo familiar, ...
- d) ... o quanto os valores citados interferem **em nossa vida pessoal.**
- e) ...logo teremos mais um curso de graduação disponível **no já concorrido mercado universitário:...**



- 04.** Toda e qualquer situação de interação comunicativa pressupõe o envolvimento de interlocutores. Considerando que isso também é válido, quando se trata de textos escritos, o recurso linguístico que marca uma interação direta entre o autor do texto em discussão e seus potenciais leitores é observado em:
- Afinal, como são os afetos que regem a vida do grupo familiar, não tinha como ser diferente,...
 - Temos algumas pistas.
 - “Eu preciso pensar em mim”, ...
 - Senão, logo teremos mais um curso de graduação disponível no já concorrido mercado universitário: ...
 - Somos capazes de dar conta disso, não somos?
- 05.** A palavra que, textualmente, é utilizada como um recurso que sinaliza o encaminhamento de argumentações que se opõem quanto ao assunto tratado encontra-se destacada no trecho da opção:
- A vida em família **é**, na maioria das vezes, a nossa sustentação.
 - Mas**, como tudo, a vida em família tem o seu outro lado ...
 - Afinal**, como são os afetos que regem a vida do grupo familiar,
 - É por isso que, **onde** há amor, há ódio, também.
 - Por que** esses pequenos acontecimentos do cotidiano, antes relevados, agora despertam emoções tão intensas nos integrantes do grupo familiar?
- 06.** A palavra marcada na opção correta da questão anterior, classifica-se, do ponto de vista gramatical, como uma
- Conjunção.
 - Advérbio.
 - Adjetivo.
 - Preposição.
 - Substantivo.
- 07.** Nos trechos apresentados nas opções abaixo, a palavra/expressão destacada remete à ideia de tempo, **EXCETO**, em:
- ... **antes** relevados, agora despertam emoções tão intensas nos integrantes do grupo familiar?
 - ... antes relevados, **agora** despertam emoções tão intensas nos integrantes do grupo familiar?
 - ... **como** tudo, a vida em família tem o seu outro lado: ...
 - ... e que **hoje** estão em risco.
 - Senão, **logo** teremos mais um curso de graduação ...

- 08.** As aspas, nos trechos: “Eu preciso pensar em mim”, “devo pôr para fora tudo o que me atormenta”, “por que as pessoas agem de modo tão diferente do que deveriam?”, são utilizadas para:
- Ironizar o individualismo que se verifica no mundo atual.
 - Marcar possibilidades de diálogo com o leitor potencial do texto.
 - Levantar dúvidas sobre os “laços familiares” constituídos na atualidade.
 - Repetir ironicamente o pensamento sobre as relações familiares.
 - Assinalar e ressaltar vozes diferentes da voz da autora do texto.

Trecho para as questões 09 e 10.

Entreveros familiares sempre existiram e existirão, mas, na atualidade, os laços familiares andam frágeis, porque qualquer motivo à toa já basta para que surjam picuinhas, hostilidades, distanciamento, raiva, mágoa etc. Será que estamos a assumir que, de fato, “parente é serpente”?

- 09.** Sobre o verbo “existir” e suas formas “existiram” e “existirão”, só **NÃO** é correto o que se afirma em:
- Trata-se de um verbo intransitivo, com sentido completo em si mesmo.
 - As formas “existiram” e “existirão” constituem predicados de “Entreveros familiares”.
 - Em virtude do seu significado, o verbo “existir” poderia ser substituído pelo verbo “haver”.
 - As formas nas quais se apresentam “existiram” e “existirão” remetem, respectivamente, aos tempos futuro e passado.
 - As formas “existiram” e “existirão” aparecem, nesse trecho, na terceira pessoa do plural.
- 10.** Considerando o aspecto que diz respeito às relações sintáticas, assinale a opção que apresenta uma afirmação **INCORRETA** em relação ao termo em destaque.
- “... os laços familiares andam **frágeis**, ...” (Predicativo do sujeito “os laços familiares”).
 - “... mas, **na atualidade**, os laços familiares andam frágeis, ...”. (Complemento verbal de “andam”).
 - “... qualquer motivo à toa já basta para que surjam **picuinhas**, ...”. (Complemento verbal de “surjam”).
 - “porque qualquer motivo **à toa** já basta para que surjam picuinhas, ...”. (Complemento circunstancial de “motivo”).
 - Será que estamos a assumir que, de fato, “**parente é serpente**”? (Do ponto de vista sintático, esse termo poderia ser substituído por “isso”, retirando-se “que, de fato”).

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO**

- 11.** Tomando-se por base a LDB, Lei Nº 9394/96, o entendimento do que seja educação especial é:
- A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
 - O nível de ensino oferecido, preferencialmente na rede regular de ensino, mas também em instituições especializadas, para educandos portadores de necessidades educacionais especiais.
 - O atendimento especializado oferecido, preferencialmente, em classes, escolas ou serviços especializados, visto que sempre as condições específicas dos alunos requerem este tipo de atendimento.
 - A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, em classes, escolas ou serviços especializados, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
 - O nível de ensino oferecido, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências e transtornos que não comprometam a capacidade de aprendizagem.
- 12.** Quanto à educação especial para o trabalho, que visa à integração de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na vida em sociedade, os sistemas de ensino assegurarão:
- acesso igualitário ao mercado de trabalho, mediante cadastro nacional de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica e na educação superior.
 - condições especiais para a obtenção de emprego para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
 - condições adequadas de formação, incluindo professores com especialização em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 - acesso igualitário a currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades do educando em relação ao mercado de trabalho.
- 13.** Considerando o estabelecido na Lei Brasileira da Inclusão, a avaliação da deficiência tem como critérios: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e:
- O nível socioeconômico.
 - A capacidade de adaptação.
 - A restrição de participação.
 - Já ter sido vítima de discriminação.
 - O envolvimento da família.
- 14.** A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, previsto em lei, em vários tipos de serviços, dentre eles o de transporte. Neste caso do transporte, previsto pela Lei Brasileira da Inclusão, é garantido:
- A condição de fazer uso personalizado do sistema de transporte coletivo de sua região de moradia, garantindo a mobilidade e a acessibilidade a destinos urbanos.
 - Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
 - disponibilização de linhas e horários de transporte coletivo de passageiros de acordo com os interesses das pessoas com deficiência, garantindo equidade e efetividade.
 - Garantia da possibilidade de escolher modalidade de transporte, considerando uma avaliação racional das suas necessidades de deslocamento, frente aos condicionantes econômicos e de tempo.
 - Ampliação do sistema viário, visando à fluidez dos automóveis e ônibus de transporte coletivo, tendo em vista a qualidade de vida do usuário com deficiência.



- 15.** A Língua Brasileira de Sinais - Libras é legalmente reconhecida como meio de comunicação e expressão. No entendimento da Lei Nº 10.436/2002 ela é assim definida:
- a) A forma de comunicação e expressão utilizada pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e federal, como forma de inclusão nos cursos de formação de professores da educação especial e de fonoaudiologia, em seus níveis médio e superior.
 - b) A estrutura gramatical que constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, substituindo a modalidade escrita da língua portuguesa que realizam a transmissão de ideias e fatos nas comunidades de pessoas surdas do Brasil.
 - c) A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical unificada, constitui um sistema linguístico internacional de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil.
 - d) Como a unificação das formas de comunicação e expressão utilizada pelo sistema federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do distrito federal, substituindo a modalidade escrita da língua portuguesa para a transmissão de ideias e fatos nas comunidades de pessoas surdas do Brasil.
 - e) A forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil.
- 16.** Conforme a Lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, quem deve garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil?
- a) O poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos.
 - b) As instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham interface com a área de comunicação.
 - c) A Academia Brasileira de Letras cuja responsabilidade oficial repousa sobre a defesa das línguas utilizadas no Brasil.
 - d) Os órgãos da administração Federal e os meios de comunicação.
 - e) As comunidades surdas nacionais e internacionais.
- 17.** Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- a) Nas classes comuns do ensino regular, desde que ofereçam recursos multifuncionais.
 - b) Nas salas de atendimento Educacional Especializado (AEE), limitadas ao número máximo de 10 alunos.
 - c) Nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).
 - d) Nas classes comuns do ensino regular, e nas turmas de LIBRAS que ofereçam Atendimento Educacional Especializado (AEE)
 - e) Nas classes comuns do ensino regular que ofereçam Atendimento Educacional Especializado no contraturno.
- 18.** Deve constar no projeto pedagógico da escola de ensino regular em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) a:
- a) Fundamentação teórica e legal da inclusão do estudante com deficiência, a título de subsídio à formação do professor.
 - b) Forma de financiamento da matrícula no AEE e planilha sobre a aplicação dos recursos.
 - c) Série de documentos exigidos pelo Conselho de Educação, sendo obrigatórios o decreto de credenciamento e a autorização de funcionamento.
 - d) Institucionalização da oferta e a previsão de sua organização, como por exemplo: espaço físico, matrícula e plano de atendimento.
 - e) Apresentação do diagnóstico detalhado de cada aluno e as intervenções possíveis.
- 19.** A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, mas:
- a) Deve ser evitado o contato com outros agentes educativos, tendo em vista a especificidade do atendimento, de outro modo os resultados podem ficar comprometidos.
 - b) Deve ocorrer em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.
 - c) Deve, obrigatoriamente, ocorrer em articulação com agentes especializados membros de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.



- d) A avaliação do trabalho realizado cabe aos professores de instituições de ensino superior e de institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.
- e) Em casos de Atendimento Educacional Especializado, em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.
- 20.** A Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Uma das orientações fundamentais que os sistemas de ensino devem observar, na organização desta modalidade, é:
- a oferta de atendimento médico especializado na instituição educacional.
 - a responsabilidade pelo transporte acessível até o local de atendimento
 - as condições especiais de trabalho do professor, dado o risco do atendimento
 - o atendimento complementar dos familiares e acompanhantes do atendido.
 - o pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular.
- 21.** O atendimento prioritário, regulamentado no Decreto 5296/2004, compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento. No entanto, nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida fica condicionada:
- Ao poder discricionário do atendente da instituição de saúde.
 - À consulta realizada junto ao Conselho Municipal de Saúde.
 - À avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.
 - À solidariedade dos usuários em atendimentos de menor gravidade
 - À regulamentação do poder público local no âmbito de suas competências
- 22.** A condição para que as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, possam receber apoio técnico e financeiro, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular é:
- ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.
 - Atuar em serviços de assistência social e ou educacional e serem consideradas de utilidade pública.
 - Ter em seu conselho diretor equipe multiprofissional de atendimento ao estudante com deficiência.
 - Ter pelo menos 5 anos de atividades comprovadas na área de educação especial
 - Possuir estrutura física e administrativa correspondente ao padrão definido pelo poder executivo.
- 23.** Como funciona o financiamento no âmbito do FUNDEB para os alunos público alvo da educação especial da rede pública de ensino:
- É um financiamento único. Os alunos são matriculados no ensino integral e, se a escola puder oferecer atendimento educacional especializado –AEE, será financiado por programas complementares.
 - O financiamento é a cargo do orçamento da rede de ensino a que o aluno é vinculado, já que é vedado ao FUNDEB fazer financiamento no ensino regular e no atendimento educacional especializado.
 - É um duplo financiamento, mas os alunos matriculados no ensino regular estão dispensados do atendimento educacional especializado –AEE e vice-versa. escolarização.
 - É um duplo financiamento. Os alunos são matriculados no ensino regular e no atendimento educacional especializado –AEE não substitutivo à escolarização.
 - O financiamento é único, visto que o FUNDEB só pode financiar o ensino regular. E este já prevê o atendimento especializado.

24. Os sistemas de ensino devem prover os serviços de profissionais de apoio ao estudante da educação especial, visando promover a acessibilidade e atendimento a necessidades específicas no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

A demanda de um profissional de apoio se justifica quando:

- a) Observada em legislação própria e se tratar de tradutor e intérprete de Libras e de guia intérprete para alunos surdocegos.
- b) Se pretende desenvolver atividades educacionais diferenciadas e é necessário que alguém se responsabilize pelo ensino do estudante da educação especial.
- c) Estiver previsto no projeto político pedagógico da escola e adequadamente fundamentada a organização dos serviços de apoio.
- d) A deficiência do estudante estiver associada à condição de doença, carência ou invalidez, que pressupõe a necessidade de cuidados.
- e) A necessidade específica do estudante da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

25. No âmbito do Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o atendimento educacional especializado é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, que pode ser prestado de duas formas:

A primeira é a complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; a outra é:

- a) Suplementar às adaptações razoáveis, de acordo com as necessidades individuais.
- b) Complementar, se for o caso de estudantes surdos e com deficiência auditiva.
- c) Complementar ao oferecido em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos.
- d) Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
- e) Complementar à formação em classes especiais de escolas regulares.

26. Tendo como referência o Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que dispõe sobre a Educação Especial, marque com **V** as afirmações **VERDADEIRAS** e com **F** as **FALSAS**.

- () O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
- () A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de quatro a seis anos, durante a educação infantil.
- () O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.
- () O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na própria rede pública regular de ensino.

A sequência **CORRETA** de cima para baixo é:

- a) V – V – V – V.
- b) V – F – V – V.
- c) V – V – F – F.
- d) V – V – F – V.
- e) V – F – F – V.

27. De acordo com da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.
- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento



especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

IV. Acesso diferenciado aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

28. Com relação ao que dispõe a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência pode-se afirmar acertadamente que:

- a) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- d) É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e diferenciado.
- e) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, 10% (dez por cento) dos serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

29. No que concerne à Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

- b) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência, ao longo de toda a vida.
- c) A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) São aceitas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.
- e) À pessoa com deficiência, internada ou em observação, é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.

30. De acordo com a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.
- b) Deve ser garantido, por parte do poder público, em geral, e de empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.
- c) As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.
- d) O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.
- e) A Língua Brasileira de Sinais – Libras – poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.



31. Considerando a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O AEE tem como função complementar ou suplementar à formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.
- b) A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de aula das escolas regulares.
- c) Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e os de altas habilidades/superdotação apenas nos centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- d) Considera-se público-alvo do AEE alunos que têm impedimentos de curto prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- e) Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo hospital, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

32. De acordo com a Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010, Capítulo II – Modalidades da Educação Básica – Seção II – Educação Especial, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A Educação Especial, como modalidade paralela a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.
- b) Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação somente nas classes comuns do ensino regular.
- c) Os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva.
- d) Os sistemas de ensino devem observar a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais excludentes.

e) O professor da classe regular deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

33. Conforme a Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010, na organização da educação especial, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

- I. A oferta do atendimento educacional especializado.
- II. A formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.
- III. A acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes.
- IV. A articulação das políticas públicas intersetoriais.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

34. Considerando o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Decreto nº 5.296/2010.
- b) A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº 5.296/2010.
- c) Caberá ao Poder Público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.



- d) Os programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de fomento deverão incluir temas voltados para o desenho universal.
- e) Na promoção da acessibilidade, serão observadas as regras gerais previstas no Decreto nº 5.296/2004, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e pelas disposições contidas na legislação apenas dos Municípios.
- 35.** De acordo com o Decreto 5. 296 de 02 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, excluindo, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
- b) No caso do exercício do direito de voto, as urnas das seções eleitorais devem ser adequadas ao uso com autonomia pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e estarem instaladas em local de votação plenamente acessível e com estacionamento próximo.
- c) Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, cinco por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas no Decreto 5. 296/2005.
- d) Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares reservarão, pelo menos, cinco por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e a obstrução das saídas.
- e) Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando um terço dos seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados, segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.

36. Tendo como referência o Decreto nº 5.626/2005, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- () A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional
- () A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.
- () A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

A sequência **CORRETA** de cima para baixo é:

- a) V – V – V – V.
b) V – F – V – V.
c) V – V – F – F.
d) V – V – F – V.
e) V – F – F – V.

37. Conforme o Decreto nº 5.626/2005 as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto na lei, as instituições federais de ensino devem, **EXCETO**,

- a) promover cursos de formação de professores para o ensino e uso da Libras; a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas.



- b) ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos.
- c) garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde o ensino fundamental, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização.
- d) prover as escolas com professor de Libras ou instrutor de Libras; tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.
- e) apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos.
- 38.** No que se refere ao Decreto nº 5.626/2005 assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) O exame de proficiência em Libras deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.
- b) O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, semestralmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.
- c) A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.
- d) O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de educação superior.
- e) O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.
- 39.** Com relação ao Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, pode-se afirmar acertadamente que:
- a) A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado, voltados a ampliar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados.
- b) O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado mediante, dentre outros fatores, a oferta de educação especial somente na rede regular de ensino.
- c) Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam ampliar as barreiras físicas, de comunicação e de informação de estudantes com deficiência.
- d) Considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.
- e) O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a matrícula única dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.
- 40.** De acordo com Decreto nº 7.611/2011, são objetivos do atendimento educacional especializado, **EXCETO**:
- a) Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.
- b) Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.
- c) Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
- d) Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.
- e) Prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado.



PROVA DE REDAÇÃO

Os estudos, as vivências e convivências permitem que acumulemos um vasto repertório de conhecimentos, necessários a qualquer ser humano para atuar em sociedade. Resgatando esses conhecimentos e lendo os textos motivadores abaixo apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo, em prosa, respeitando os preceitos normativos da modalidade escrita formal da língua portuguesa, no qual desenvolva o seguinte tema: **A EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA, SOLIDÁRIA E DESENVOLVIDA: O PAPEL DE CADA CIDADÃO.**

Lembre-se:

- ✓ O seu texto deverá apresentar um ponto de vista.
- ✓ Esse ponto de vista deverá ser defendido a partir de argumentos consistentes, selecionados e apresentados de forma coesa e coerente.
- ✓ O seu texto deverá apresentar uma proposta para o problema que você trouxe à discussão.

INSTRUÇÕES EM CONFORMIDADE COM O EDITAL

- A Prova Escrita Dissertativa deverá ser redigida em letra legível, com caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.
- A folha do texto definitivo da Prova Escrita Dissertativa não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto nela contido. A detecção de qualquer marca identificadora do candidato no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova Escrita Dissertativa. A folha para rascunho no Caderno de Prova é de preenchimento facultativo e não valerá para efeito de correção.
- A Prova Escrita Dissertativa deverá ser desenvolvida em no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas.
- Não será permitido exceder o limite de linhas contidas na folha de texto definitivo e/ou escrever no verso da referida folha.
- A Prova Escrita Dissertativa receberá **NOTA ZERO**, caso se enquadre em qualquer um dos seguintes itens:
 - a) não desenvolvimento, pelo candidato, da proposta/fuga ao tema;
 - b) não identificação do candidato no local especificado;
 - c) identificação do candidato, sob qualquer forma, fora do local especificado;
 - d) escrita em forma de verso;
 - e) escrita ilegível;
 - f) escrita a lápis ou à caneta esferográfica com tinta de cor que não seja azul ou preta;
 - g) exceder o limite de linhas contidas na folha de texto definitivo e/ou escrever no verso da referida folha.



TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO 01

Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII, Capítulo III, Seção I.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII, Capítulo III, Seção I, Artigo 205)

TEXTO 02

Escola e cidadania

(por Luiz Gonzaga Belluzzo — publicado 01/09/2012 11h17, última modificação 06/06/2015 18h29)

A Educação é cláusula pétrea do credo iluminista-republicano. Não há de existir cidadania sem educação universal e pública. Sem ela estariam seriamente arriscadas a liberdade e a igualdade. O ideal da educação para todos nasceu comprometido com o projeto de autonomia do indivíduo, o que supõe capacidade de compreensão do cidadão, enquanto titular de direitos e fonte do poder republicano.

(<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/escola-e-cidadania>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018)

TEXTO 03

(...)

A escola possui como um de seus principais desafios alcançar o objetivo de educar o indivíduo para o desempenho de sua cidadania e para seu ingresso no mercado de trabalho como mão-de-obra qualificada.

A educação possui um papel decisivo no desenvolvimento de uma sociedade, por ser responsável pela transmissão de sua herança cultural e conseqüentemente pela sua sobrevivência, garantindo-lhe o desenvolvimento.

(...) é imprescindível que tenhamos claras as concepções de educação e sociedade, seu processo educativo, suas relações e estruturas, enfim, todo o processo educativo, para podermos atuar com destreza, capacidade e convicção, de modo a garantir realmente a formação integral de cidadãos e pessoas de bem.

(...) esta disfunção entre sociedade e educação, se não impede, gera um indivíduo incapaz de exercer sua cidadania, de ter conhecimento dos seus direitos, de saber exigí-los diante da sociedade. (...) Há, portanto a necessidade de termos um olhar voltado para a educação e nos conscientizarmos de como ela pode converter-se em ferramenta necessária e social, para diminuir as lacunas e disfunções da sociedade.

É por meio da educação que conseguiremos conscientizar o indivíduo a reconhecer e saber exigir seus direitos, deveres e obrigações, exercendo, assim, sua condição de cidadão. (...).

A relação cidadania-educação é fundamental para a tão sonhada construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, os objetivos devem ser propostos a fim de contribuir para a aproximação da realidade àquele ideal de homem e de sociedade justa e igualitária, (...).

(<http://telmaryeducaoediversidade.blogspot.com.br/2010/03/construcao-de-uma-sociedade-melhor-o.html>.

Acesso: 22.1.2018)